



Registo N.º: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Processo N.º: \_\_\_\_\_

Registado por: \_\_\_\_\_

**URBANISMO**  
**Ónus de precariedade**

**Exmo. Senhor**  
**Presidente da Câmara Municipal de Alenquer**

**REQUERENTE**

Nome/designação: \_\_\_\_\_

NIF/NIPC: \_\_\_\_\_ C.C./B.I.: \_\_\_\_\_ Data de Validade: \_\_\_\_\_

Domicílio/sede: \_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_ Cod. Postal: \_\_\_\_\_

Freguesia: \_\_\_\_\_ Concelho: \_\_\_\_\_

Contato telefónico: \_\_\_\_\_

Na qualidade de: \_\_\_\_\_ Se outro, qual: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Autorizo o envio de eventuais notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado.

**REPRESENTANTE LEGAL**

Nome: \_\_\_\_\_

NIF: \_\_\_\_\_ C.C./B.I.: \_\_\_\_\_ Data de Validade: \_\_\_\_\_

Domicílio: \_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_ Cod. Postal: \_\_\_\_\_

Contato telefónico: \_\_\_\_\_

Na qualidade de: \_\_\_\_\_ Se outro, qual: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

**PRETENSÃO**

Vem requerer a V. Exa. que lhe seja autorizada a manutenção a título precário do(a) <sup>(1)</sup> \_\_\_\_\_  
pertencente(s) ao(s) prédio(s) urbano(s) a seguir identificado(s).

Comprometo-me a não exigir nenhuma indemnização da Câmara Municipal ou qualquer entidade que a venha substituir na competência para o efeito, quando <sup>(1)</sup> \_\_\_\_\_ venha a ser demolido(a) e a indicada área adjacente venha a ser afetada, por motivos urbanísticos ou outros.

<sup>(1)</sup> Muro de vedação, área da parcela afetada pelos alinhamentos, construção

LOCAL DA PRETENSÃO		
Morada: _____	N.º/Lote: _____	Andar: _____
Sítio ou Lugar: _____	Freguesia: _____	
Cod.Postal: _____		
<b>- Registo Predial</b>		
N.º Registo: _____	Código de Acesso: _____	
<b>- Registo Fiscal</b>		
Classificação da Matriz: _____		
N.º Artigo: _____	Secção: _____	Fração: _____

CONFRONTAÇÕES	
Confrontação Norte:	_____
Confrontação Sul:	_____
Confrontação Nascente:	_____
Confrontação Poente:	_____

OBSERVAÇÕES

PAGAMENTO		
Pago pela fatura n.º: _____ / _____	no valor de: _____	em: _____

INFORMAÇÃO PESSOA SINGULAR (REGULAMENTO GERAL PROTEÇÃO DE DADOS)
<p>O Município de Alenquer é responsável pela recolha, registo, organização, estruturação, conservação, alteração, recuperação, consulta, utilização, divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, comparação ou interconexão, limitação, apagamento ou destruição de dados pessoais no contexto da sua atividade municipal, a qual se encontra vinculada à Lei.</p> <p>Neste sentido e de acordo com a alínea c) do art.º 6º do Regulamento Geral de Proteção de dados, o tratamento de dados pessoais é lícito por ser necessário ao cumprimento de uma obrigação legal e destinando-se exclusivamente aos fins do presente requerimento.</p> <p>Não obstante o supra referido, sempre que a atividade municipal não se encontre abrangida pela licitude referida, será solicitado o consentimento prévio do titular dos dados pessoais.</p>

<p>Pede deferimento,</p> <p>Alenquer, _____</p> <p>(Assinatura / Assinatura Digital): _____</p> <p style="font-size: small;">(Mais declara que na instrução do presente pedido todos os dados são verdadeiros, nada tendo omitido) (Se submetido online ou assinado digitalmente, não é necessária assinatura manuscrita)</p>
---

## DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

O pedido deve ser instruído com os elementos abaixo indicados, em conformidade com o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, e Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).

**Assinale com uma cruz (X) os documentos que junta ao seu processo:**

1 - Legitimidade:

- 1.1 - Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial. Quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial;
- 1.2 - Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do elemento acima;
- 1.3 - Certidão comercial, quando requerido por empresa ou código para consulta online;
- 1.4 - Fotocópia da caderneta predial, em vigor, onde constem os correspondentes artigos matriciais, emitida pelo serviço de Finanças;
- 2 - Planta com a delimitação da área afetada, executada sobre levantamento topográfico à escala 1:500, quantificando a área e a extensão de vedação afetados;
- 3 - Fotografias do imóvel/local. A cores, atualizada.